



## ATUAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ NAS SALAS ITINERANTES PERANTE ALUNOS HOSPITALIZADOS

**Wei Mei Hsu<sup>(1)</sup>; Ana Carolina Carneiro Lopes<sup>(2)</sup>**

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI [weimeihsu@gmail.com](mailto:weimeihsu@gmail.com) <sup>2</sup> Professora Ma. Ana Carolina Carneiro Lopes do Centro Universitário de Itajubá – FEPI [anaped@uol.com.br](mailto:anaped@uol.com.br)

---

### RESUMO

Na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de Maio de 2006 no Artigo 3º, sobre a formação dos Pedagogos, vem trazendo que o estudante do curso de Pedagogia irá trabalhar com um repertório de informações e habilidades a partir da pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentando em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, dessa forma cabe ao professor não perder de vista seu papel de educador, proporcionando aos alunos uma intervenção pedagógica flexibilizada adaptando de acordo com as condições de cada indivíduo, de modo a proporcionar uma visão mais humanista diante do aluno, se entregando de forma humilde e profissional, promovendo o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos permitindo o retorno eficaz à escola com fácil adaptação e mobilidade. Assim, pesquisas que abordam a inclusão escolar são importantes para evidenciar como estão sendo as práticas educativas frente à universalização do ensino, como também para refletir sobre essas. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo verificar se a Lei nº 9394/96 e o Decreto nº 3.298/99 estão sendo adotadas nas escolas municipais de Itajubá, e se as crianças estão tendo o atendimento necessário durante sua convalescência, ou seja, no momento em que encerram os atendimentos necessários em hospitais, desse modo, para atingir o objetivo do trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa em educação de cunho bibliográfico e uma pesquisa de campo com a finalidade de identificar os alunos que ficaram hospitalizados e verificar a proposta de trabalho das escolas diante da lei apresentada.

**Palavras- chave:** Educação especial. Inclusão. Salas itinerantes.

---

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas pode-se testemunhar não só no Brasil, mas em toda a América Latina, um novo panorama educacional: a universalização da educação básica. Consequentemente, os sistemas educacionais precisam se adaptar, transformando-se em espaços inclusivos e de qualidade, capazes de valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas e emocionais para atender às necessidades educacionais de cada aluno. De acordo com as legislações vigentes no país, as escolas devem acolher sem distinção todos os alunos, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades, seja através de processos de ensino coletivo ou individualizado, mas isso

ainda está longe de ser uma realidade. Nesse contexto, o Ministério da Educação e Cultura através da Secretaria de Educação Especial estabeleceu um documento com o intuito de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares. Dessa forma, indivíduos hospitalizados ou em convalescência podem ter atendimento educacional em seu leito. No entanto, direitos existem e devem ser cobrados nas escolas, mas a maioria das pessoas que precisa usufruir deles não os conhece. A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem executado projetos pedagógicos que promovam a transformação das escolas mineiras para assim oferecer condições para acolher todos os alunos. Assim, o presente



projeto tem como objetivo principal verificar se a Lei nº 9394/96 e o Decreto nº 3.298/99 estão sendo adotadas nas escolas municipais de Itajubá, e se as crianças estão tendo o atendimento necessário durante sua convalescência, por meio de entrevistas no Hospital Santa Casa de Misericórdia e Hospital Escola de Itajubá visando crianças que foram internadas no ano de 2016, cujo período de restabelecimento excedeu quinze dias, e dessa forma, entrevistar a escola referente de cada criança para saber qual foi à proposta de trabalho aplicada durante o período de restabelecimento da criança

## MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do trabalho será adotado a pesquisa qualitativa em educação, de cunho bibliográfico, acrescida de pesquisa de campo com o intuito de analisar o objeto de estudo.

Optou-se por pesquisa ou revisão bibliográfica por essa proporcionar a utilização de obras publicadas em diversos documentos como: livros, periódicos e artigos acadêmicos. A finalidade dessa metodologia é colocar o pesquisador em contato com documentos já publicados sobre o tema em questão (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A opção pela pesquisa de campo é por essa proporcionar informações e conhecimentos a respeito do problema estudo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

As pesquisas analisadas tem o objetivo de verificar se os alunos hospitalizados e em convalescência estão recebendo o atendimento escolar que necessitam e tem direito. O público ao alvo da pesquisa são as crianças que foram hospitalizadas no Hospital Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Itajubá e que pertencem as escolas municipais da mesma., no ano de 2015.

Para a coleta de dados, será utilizado como instrumento o questionário composto por questões abertas e fechadas.

## ANEXO I

Possíveis levantamentos a serem verificados no Hospital Santa Casa de Misericórdia e no Hospital Escola de Itajubá, sujeito a modificações de acordo com as observações e o andamento da busca de dados.

1. Nome do Hospital:
2. Quantidade de crianças de 6 a 8 anos hospitalizadas
3. Quantidade de crianças de 9 a 12 anos hospitalizadas
4. Tempo de internação de crianças de 6 a 8 anos
5. Tempo de internação de crianças de 9 a 12 anos
6. Motivos pelos quais as crianças ficaram internadas
7. Houve acompanhamento da escola com as crianças de 6 a 8 anos hospitalizadas?
8. Houve acompanhamento da escola com as crianças de 9 a 12 anos hospitalizadas?

A partir desses dados coletados nos Hospitais, verificaremos nas respectivas escolas das crianças hospitalizadas, se houve ou não o acompanhamento assegurado na Lei nº 9394/96 e o Decreto nº 3.298/99.

## ANEXO II

Possíveis levantamentos a serem verificados nas respectivas escolas das crianças hospitalizadas, sujeito a modificação de acordo com o andamento do projeto em si.

1. Nome da Escola
2. Apresentação dos dados coletados nos hospitais referentes à quantidade de crianças de sua escola que foram hospitalizadas.
3. Verificação da ocorrência de acompanhamento da escola em tempo de internação ou após a alta da criança hospitalizada.
4. Verificação da ciência dos Diretores das escolas quanto a Lei nº 9394/96 e o Decreto nº 3.298/99 que assegura o acompanhamento das crianças que foram hospitalizadas
5. Levantamento de defasagem escolar perante a ausência da criança por conta do seu tempo de internação

O levantamento da quantidade de crianças hospitalizadas e o seu tempo de internação será visando os meses destinados a coleta de dados da pesquisa em si.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho está em andamento, constando buscas de bibliografias embasados em leis, pareceres e resoluções que justificam a pesquisa, mostrando que “toda criança e adolescente internado têm direito ao acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar”

Resolução nº 41/95 – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes  
 Parecer CNE/CEB Nº 17/2001  
 Resolução CNE/CEB nº 2/2001  
 Indicação CEE nº 70/2007  
 Deliberação CEE nº 68/2007  
 Lei Estadual nº 10.685 de 30/11/2000  
 Lei 7853/89 (Federal) regulamentado pelo decreto 3298/1999  
 Lei 10685/2000 (SP)  
 Resolução CNE/CEB 02/2001  
 Parecer CNE/CEB 17/2001  
 Deliberação CEE 68/2001  
 Indicação CEE 70/2007

## CONCLUSÕES

Por meio da pesquisa em desenvolvimento, e da busca de referências bibliográficas, podemos deduzir que a ciência das leis e direitos que asseguram à crianças hospitalizadas, está de fato, em defasagem, e de certa forma, sendo secundária nos aspectos de direitos e deveres dentro das Instituições hospitalares e escolar. Assim, o presente projeto busca expectativas, a partir de dados quantitativos, e embasando em Leis e Diretrizes que regem esse seguimento, para a melhoria da educação inclusiva dentro do Hospital Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Escola do município de Itajubá, juntamente com as escolas vinculados aos pacientes/alunos que se encontraram hospitalizados.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à FAPEMIG pela bolsa de iniciação científica concedida à primeira autora, e à FEPI, pelo incentivo e suporte.

## REFERÊNCIAS

BONESI, Marcia Cerqueira. Trabalhos Acadêmicos sobre Educação Inclusiva no

Brasil. 2009.276 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração, e Comunicação) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2006

CARVALHO, Diana Carvalho de (orgs). Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2007.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1/2006 Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

ORIENTAÇÃO SD nº 01/2005 - orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas. Brasília: Imprensa Oficial, 2005.

PINTO, Maria Raquel Barreto. Tempo e espaços escolares: o (des)confinamento da infância. In.: QUINTEIRO, Jucirema.

RESOLUÇÃO N.º 41. Direitos da criança e do adolescente hospitalizados de 13/10/ 1995. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.

RESOLUÇÃO CNE/ CBE Nº 2 de 11/09/01 nº 177, Seção 1E de 14/09/01, pp.39- 40. Brasília: Imprensa Oficial, 1991.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. (org.). Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.